

O melhor superávit do Real

Contas públicas acumulam resultado positivo de R\$ 20,4 bilhões, valor superior à meta acordada com o FMI

Liana Verdini
Da equipe do Correio

O governo conseguiu em julho o melhor resultado de suas contas desde a implantação do Plano Real, em 1994. Sem considerar as despesas com juros, a arrecadação superou os gastos em R\$ 4,95 bilhões (superávit primário), 98% dos quais gerados pela União. Algumas receitas extraordinárias contribuíram para isso. A principal delas, como ressaltou o chefe do Departamento Econômico (Depec) do Banco Central (BC), Altamir Lopes, foi o recebimento de R\$ 1,47 bilhão, parcela correspondente à venda do sistema Telebrás.

Com esse resultado, as contas públicas acumulam um superávit de R\$ 20,4 bilhões de janeiro a julho, valor R\$ 4,799 bilhões acima da meta definida com o Fundo Monetário Internacional (FMI). "Ficam faltando R\$ 3,363 bilhões de resultado primário para ser atingido em agosto e setembro", calcula Lopes.

"De fato, ficou mais fácil cumprir a meta acertada com o Fundo", constata o economista da Tendências, Roberto Padovani. Ele lembra que o resultado de julho foi bastante influenciado pela mudança de metodologia do BC para os números das estatais. A grande diferença entre os

cálculos do BC, cujos técnicos apuraram um déficit de R\$ 603 milhões no resultado dessas empresas no primeiro semestre, e os do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, com superávit de pouco mais de R\$ 2 bilhões, levou à revisão.

"Percebemos que não estávamos computando operações importantes nos resultados das estatais e isso distorcia o resultado final", explica Altamir Lopes. Com essas correções, as estatais

encerraram o primeiro semestre com superávit de R\$ 1,252 bilhão. Só uma operação da Petrobrás com uma controlada no exterior modificou as contas em R\$ 875 milhões. "O Ministério também está revisando suas contas de maneira a apro-

ximar os números aos do Banco Central", conta o chefe do Depec.

MUNICÍPIOS

Contra o prometido ajuste das contas públicas, pesa o resultado dos municípios. Pelo segundo mês consecutivo neste ano, as prefeituras tiveram despesas superiores às receitas. Em julho, o déficit desses governos foi de R\$ 185 milhões, embora no ano as contas municipais ainda registrem superávit de R\$ 852 milhões. Já os estados continuam arrecadando mais do que gastam e acumulam de janeiro a julho



Joédison Alves 5.6.98



Lopes: resultado final distorcido por falta de operações importantes

um superávit de R\$ 1,1 bilhão.

As boas notícias acabam quando as despesas com juros entram no cálculo das contas públicas. Até julho, os gastos com pagamento de encargos superaram os R\$ 95 bilhões. Em igual período do ano passado, essas despesas

foram de R\$ 38,5 bilhões. Essa enorme diferença é resultante da desvalorização do real e do aumento dos juros neste ano.

Apesar do alto dispêndio com encargos financeiros, o resultado nominal (que inclui juros e correção monetária e cambial)

está melhorando. O chefe do Depec observa que, de janeiro a junho, esse resultado foi equivalente a 15,19% do Produto Interno Bruto (PIB). No acumulado dos sete meses, porém, as despesas superaram a arrecadação em 13,81% do PIB.

"A nossa expectativa é de terminar o ano com um resultado nominal de 8,98% do PIB", diz Lopes. Esse número, aliás, foi prometido ao FMI na revisão de junho e deve ser mantido no próximo ajuste do texto do acordo, previsto para ser divulgado ainda neste mês.

PRAZO

O governo também conseguiu esticar um pouco mais o prazo de vencimento de sua dívida. No final de julho, a duração média dos títulos federais era de 7,87 meses. Quando agosto chegou ao fim, esse prazo havia subido para 9,09 meses, consequência do maior volume de vendas de títulos corrigidos pelo dólar, de vencimento mais longo. Com isso, a participação de títulos cambiais cresceu de 24,3% em julho para 26,1% no mês seguinte.

A maior venda de papéis cambiais durante o mês passado, e também de prefixados, contribuiu para aumentar em R\$ 17,8 bilhões o volume de títulos públicos federais fora dos cofres do BC. Tudo isso vai ter impacto no grau de endividamento do setor público. De junho para julho, por exemplo, essa dívida havia subido R\$ 9,552 bilhões.

"Apesar do aumento da dívida, o volume ficou dentro da trajetória prevista no acordo com o FMI", garante Lopes. Nas projeções montadas pelos técnicos do governo, a dívida líquida total poderia chegar em julho em R\$ 499 bilhões. A meta para setembro é de R\$ 510,6 bilhões e, até o fim do ano, o endividamento público pode alcançar R\$ 513,5 bilhões.